

VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO DISTRITO FEDERAL

ADVANTAGES AND DISADVANTAGES OF CIVIC-MILITARY SCHOOLS IN THE FEDERAL DISTRICT

Camila Rodrigues Monte¹, Cristiana Amorim de Souza²

1 Aluna do Curso de Pedagogia

2 Professora Especialista do Curso de Pedagogia

Resumo

Este artigo expõe os possíveis benefícios que são os colégios Cívico-Militares e sua implementação, e traz a reflexão sobre os impactos que elas podem ter na educação, na cultura e na sociedade como um todo. Examinando suas origens históricas, fundamentos educacionais e impacto na formação acadêmica e cívica dos alunos. A pesquisa investiga a estrutura organizacional dessas instituições, destacando a gestão compartilhada que combina elementos civis e militares, prós e contras da militarização das escolas, a diferença de escolas militares e militarizadas. A abordagem metodológica incorpora revisão bibliográfica, análise de políticas públicas e estudos de caso em diferentes contextos nacionais, foram examinados textos de publicações relevantes, artigos de revistas especializadas, teses, dissertações, o livro: *Docência no ensino militar: diferenciais que garantem resultados* de Ronaldo Zanata Pazim. Concluímos que pouco se sabe, tornando um tema, que gera debates acalorados entre defensores e críticos desse programa. Por isso, é importante discutir as vantagens e desvantagens da implementação das Escolas Cívico-Militares, e refletir sobre os impactos que elas podem ter na educação, na cultura e na sociedade como um todo.

Palavras-Chave: escola cívico-militar; educação; gestão compartilhada; militarização; Distrito Federal.

Abstract

This article exposes the potential benefits of Civic-Military schools and their implementation, and reflects on the impacts they may have on education, culture, and society as a whole. Examining their historical origins, educational foundations, and impact on students' academic and civic formation, the research investigates the organizational structure of these institutions, highlighting the shared management that combines civilian and military elements, the pros and cons of militarizing schools, and the distinction between military schools and militarized ones. The methodological approach incorporates literature review, analysis of public policies, and case studies in different national contexts. Texts from relevant publications, articles from specialized journals, theses, dissertations, and the book "*Docência no ensino militar: diferenciais que garantem resultados*" by Ronaldo Zanata Pazim were examined. We conclude that little is known about this topic, sparking heated debates among proponents and critics of this program. Therefore, it is important to discuss the advantages and disadvantages of implementing Civic-Military Schools and reflect on the impacts they may have on education, culture, and society as a whole.

Keywords: civic-military school; education; shared management; militarization; Federal District.

Contato: camila.monte@suicesp.com.br e cristianaamorim@icesp.edu.br

INTRODUÇÃO

A militarização das escolas públicas é um empreendimento do Ministério da Educação junto ao Ministério da Defesa, que vem sendo adotada em alguns países, incluindo o Brasil, como uma estratégia para promover a melhoria da qualidade da educação do ensino fundamental e médio, e reduzir a violência nas escolas. O Programa nacional das escolas cívico-militares (Pcim) consiste em adotar uma prática pedagógica baseada no padrão de ensino dos colégios militares do Exército, das polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares (Pazim, 2021).

O tema é pertinente e atual porque vem sendo adotada como uma estratégia para melhorar a qualidade da educação e reduzir a violência nas escolas. Essa proposta consiste em compartilhar a gestão escolar entre a sociedade civil e militar, para que haja uma melhoria na educação. Para Honorato (2020) a gestão compartilhada nas escolas públicas é um tema relevante é um modelo pouco explorado.

Por isso, é importante discutir as vantagens e desvantagens da implementação das Escolas

Cívico-Militares, e refletir sobre os impactos que elas podem ter na educação, na cultura e na sociedade como um todo. A pesquisa vem objetivar e caracterizar os benefícios e a importância das Escolas Cívico-Militares na qualidade de ensino no Distrito Federal, descrever como são organizadas; verificar como é a metodologia no cotidiano e identificar suas principais características.

Foi utilizado a análise bibliográfica como metodologia. Foram examinados textos de publicações relevantes, artigos de revistas especializadas, teses, dissertações, o livro: *Docência no ensino militar: diferenciais que garantem resultados* de Ronaldo Zanata Pazim.

Ao destacar esses fatores, este estudo se propõe a contribuir para um entendimento mais abrangente do fenômeno das escolas cívico-militares, oferecendo uma base para discussões informadas sobre o futuro da educação sua interseção com valores cívicos fundamentais.

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

A militarização das escolas públicas não é um processo novo. Temos no estado de Goiás escolas que passam por esse procedimento desde o final da década de 1990. Contudo pode-se afirmar que no ano de 2020 houve uma grande aceleração para a militarização das escolas da rede pública do Brasil, com ênfase nas regiões Norte e do Centro-Oeste, de acordo com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar (CDDHCEDP, 2019).

A abordagem sobre a militarização das escolas públicas emerge como uma discussão de relevância recente. Neste contexto, é pertinente explorar os conceitos fundamentais associados a essa temática, nomeadamente militarização, hierarquia e disciplina.

A militarização refere-se à implementação de estruturas, práticas e valores inspirados nas instituições militares dentro do ambiente escolar. Isso pode incluir a introdução de uniformes, protocolos firmes e uma abordagem mais estruturada na gestão e operação da escola.

A hierarquia, dentro do contexto da militarização, implica uma organização estratificada de autoridade e responsabilidade. Essa estrutura é concebida para refletir a ordem hierárquica encontrada nas forças armadas, onde cada membro ocupa uma posição claramente definida e responde a autoridades superiores.

A disciplina, por sua vez, ganha destaque na discussão sobre a militarização das escolas, representando a aplicação coerente com as regras e regulamentos. A ênfase na disciplina visa criar um ambiente educacional mais controlado, onde espera-se que os alunos adotem comportamentos alinhados com normas específicas, muitas vezes inspiradas em padrões militares.

Em suma, a militarização das escolas públicas envolve a introdução de elementos característicos das instituições militares, como “uniformização, pontualidade, culto aos símbolos nacionais, gritos de guerra, cabelo curto aos meninos e asseio aos cabelos longos das meninas” cita Honorato (2020, *apud* SANTOS, 2019, p.194) e a hierarquia e disciplina no ambiente educacional. A discussão em torno desses conceitos busca compreender os impactos potenciais dessa abordagem no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

Com base na citação de Cerqueira (1998 *apud* ZAVERUCHA, 2005, p. 128), o conceito de militarização é definido como: “o processo de adoção e uso de modelos militares, conceitos, doutrinas, procedimentos e pessoal em atividade de natureza civil, dentre elas, a segurança pública”.

Essa definição sugere que a militarização vai além da presença física de pessoal militar e inclui a incorporação de uma mentalidade, práticas e estruturas típicas das instituições militares em contextos civis, especialmente na área de segurança pública.

A hierarquia não é uma palavra exclusiva do meio militar, pois ela se encontra em vários âmbitos, seu conceito é relativo respeito a subordinação às posições superiores já preestabelecidas pelo seu nível de poder e importância. Honorato (2020, *apud* CASTRO, 2004, p.28) destaca que a obediência a hierarquia não é cega, depende de que o “supervisor conheça os limites da sua autoridade [...]”, do que é correto ou não, do que se pode ou não determinar.

No contexto militar, a disciplina está constantemente vinculada à hierarquia. Dessa forma, pode-se afirmar que a disciplina envolve a observância de um conjunto de regras e normas estabelecidas por um determinado grupo, bem como a adoção de comportamentos que assegurem o adequado funcionamento e bem-estar da organização, destaca Honorato (2020).

A escolha de implementação de escolas cívico-militares cabe aos governos locais e estaduais do Brasil. No caso específico do Distrito Federal, existem algumas escolas cívico-militares já em funcionamento, que foram implementadas por meio de um projeto piloto do Governo Federal.

O intuito é que as escolas estejam localizadas, preferencialmente, em regiões com situação de vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme estabelecido pelo Decreto nº 10.004 de 05 de setembro de 2019, Brasil, (2019).

O Brasil tem cerca de 203 escolas cívico-militares financiadas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Secretaria Estaduais de Educação, dados confirmados pelo Centro de Referências em Educação Integral, publicado em setembro de 2019, Pazim (2021, p. 41).

Segundo o site da Secretaria da Educação do Distrito Federal (SEEDF, 2023), atualmente são 16 unidades de ensino contempladas na gestão compartilhada entre as secretarias de Educação e de Segurança Pública e outras quatro com o Ministério da Educação. Segue:

Secretaria de Educação e de Segurança Pública:

Centro Educacional 3 de Sobradinho;
Centro Educacional 308 do Recanto das Emas;
Centro Educacional 1 da Estrutural;
Centro Educacional 7 da Ceilândia;
Centro Educacional Condomínio Estância III de Planaltina;
Centro Educacional 1 do Itapoã;
Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga;
Centro de Ensino Fundamental 1 do Núcleo Bandeirante;
Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia;
Centro de Ensino Fundamental 1 do Riacho Fundo;
Centro de Ensino Fundamental 1 do Paranoá;
Centro Educacional 2 de Brazlândia;

Ministério da Educação e Forças Armadas:

Centro Educacional 416 de Santa Maria;
Centro de Ensino Fundamental 5 do Gama;
Centro de Ensino Fundamental 4 de Planaltina;
Centro de Ensino Fundamental 507 de Samambaia.

O intuito da gestão compartilhada é que os profissionais da educação fiquem responsáveis – pelo o administrativo e trabalho pedagógico. E profissionais da segurança coordenam as ações disciplinares voltadas à formação cívica, moral e ética do corpo discente, objetivando o seu bem-estar social (SEEDF, 2023). Todos devem trabalhar em conjunto para proporcionar uma educação de qualidade para os estudantes da rede pública de ensino do DF.

A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

A rápida evolução tecnológica característica do século XXI impõe desafios às escolas cívico-militares, que buscam preservar tradições disciplinares. A integração de tecnologias educacionais e a adoção de metodologias inovadoras são elementos-chave para garantir a relevância do ensino nesse contexto. A capacidade de adaptar práticas pedagógicas à era digital sem comprometer os princípios fundamentais das escolas cívico-militares é um desafio que merece atenção.

No contexto atual a implementação tecnológica em uma escola cívico-militar auxilia no ensino e esta tecnologia é ofertada através de plataformas de aprendizagem online, recursos interativos e ferramentas colaborativas ampliando assim o acesso ao conhecimento e promovendo a participação dos alunos e fomentando o desenvolvimento de habilidades. Melhorando assim a comunicação entre alunos e professores, bem como o aumento do engajamento dos estudantes em atividades educacionais online. Portanto, a tecnologia pode ser incorporada de maneira eficaz, havendo planejamento cuidadoso e o devido apoio institucional.

De acordo com o Regimento da SEEDF (2019, p.57), cabe ao coordenador pedagógico, desenvolver e/ou organizar, divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos no âmbito da unidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico 2023 do Centro de Ensino Fundamental 01 do Núcleo Bandeirante, que é uma das escolas cívico-militares citada na relação acima, faz a seguinte afirmativa quanto ao uso de tecnologias:

Um dos aspectos importantes no processo de aprendizagem é a globalização. A busca pelo conhecimento no mundo virtual é uma realidade atual, por isso faz parte de nossos recursos pedagógicos: internet, laboratório de informática

para pesquisas, mídias para melhor transmissão de conteúdo. Vejamos o que o Currículo em Movimento nos diz sobre esse assunto: *“Ao estabelecer uma nova relação com o mundo que os cerca, os estudantes dos Anos Finais utilizam uma linguagem peculiar que reflete suas visões sobre o mundo e sobre si mesmas. Inseridos em um mundo digital, seus processos de construção do conhecimento são muito mais dinâmicos, constituindo novas formas de interação com os outros, utilizando diferentes códigos para expressão e posicionamento frente ao mundo (DCNEB-2013).”*

(Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Fundamental, Anos Finais, pág. 15).

A utilização eficiente e consciente da tecnologia precede um envolvimento e compromisso de todos, redesenhando o cenário tecnológico para seu efetivo aproveitamento, sem perder os benefícios que o mundo virtual proporciona.

Sabe-se que a internet, os computadores e as demais tecnologias são uma parte fundamental no nosso cotidiano. Os primeiros computadores no Brasil começaram a ser introduzidos na década de 1950 e a internet e foi em 1995 que a internet começou a se popularizar no Brasil, com o surgimento de provedores de acesso comerciais. E deste então ocorreu uma expansão significativa da conectividade e do acesso à informação. Atualmente o estudante tem acesso a muito conhecimento na palma da sua mão, através de celulares, laptops, tablets e afins. O CEF 01 do NB no intuito de capacitar seus alunos possui aulas de computação, que na rede pública do DF é uma realidade para muitas instituições, pois os aprendentes têm conhecimento que precisam estar preparados para a evolução tecnológica.

Na instituição mencionada, eles possuem o Projeto Evoluir, que utiliza o laboratório de informática no processo de ensino-aprendizagem, conforme o PPP (2023, p. 73):

O **Projeto Evoluir** está direcionado a trabalhar com interdisciplinaridade dos conteúdos desenvolvidos pelos professores regentes em sala de aula, procura seguir a sequência de cada disciplina, para isso, durante o processo, pretende construir o aprendizado juntamente com o professor da disciplina em questão. Assim, estimulará a investigação, a construção de novos conceitos,

visualizando e proporcionando novas formas de aprendizagem com o uso das novas tecnologias.

O computador além de um recurso pedagógico, de uma ferramenta de aprendizagem, também é entretenimento e cultura, dessa forma, nossos alunos são orientados para os sites que vão auxiliar no seu crescimento como estudante, sempre afirmando que, encontramos na internet o que há de melhor para o acompanhamento escolar, no entanto, é preciso saber seguir o que a escola orienta, utilizando de maneira correta toda essa tecnologia.

Os estudantes participarão ativamente de cada esquema de aula, sabendo passo a passo o que deverá ser desenvolvido na sala de informática. O **Projeto Evoluir** estabelecerá acordos para que os exercícios sigam as metas de aprendizagem dos conteúdos propostos de cada disciplina.

Ao final de cada lição será discutido o resultado da proposta de aprendizagem, onde a interação educativa será protagonista entre professores e alunos.

A partir dessa última etapa serão propostas mudanças ou melhores encaminhamentos para que cada vez mais o protagonismo do aluno interfira diretamente no ambiente da sala de informática.

Logo, a integração das escolas cívico-militares na educação do século XXI apresenta desafios e oportunidades únicas. A abordagem disciplinar e a promoção de valores cívicos são aspectos que podem contribuir positivamente para a formação dos estudantes. E, é fundamental salientar que essas instituições possuem capacidade de se adaptarem às exigências tecnológicas e metodológicas contemporâneas, uma vez que a mesma pode ser uma aliada valiosa no aprendizado estudantil, contribuindo para uma formação mais abrangente e preparando os alunos para os desafios do século atual.

A INDISCIPLINA

Ao contrário da disciplina tanto falada até o presente momento temos a indisciplina. A mesma num geral é considerada o não cumprimento de regras normas ou comportamentos, a falta de educação ou qualquer comportamento que seja fora do padrão estabelecido.

Na escola podemos dizer que comportamentos como: desrespeito aos professores, interrupção das aulas, recusa em

cumprir as regras da escola, agressões verbais ou físicas, entre outras são exemplo de indisciplina causando assim interferência e prejudicando o processo de ensino-aprendizagem.

Maria Eliene Lima, em sua dissertação sobre: *A Educação Para A Cidadania E A Militarização Para A Educação* (2018), aborda o tema indisciplina relacionado ao ambiente escolar.

Em seus estudos, Aquino (1996, p. 41) declara que a indisciplina seria, talvez, o maior inimigo do educador atual, uma vez que ultrapassa o âmbito didático-pedagógico e, por isso, há a necessidade de averiguar “perspectivas distintas sobre o tema, um sócio histórico, tendo como ponto de apoio os condicionamentos culturais, e outro psicológico, rastreando a influência das relações familiares na escola”

No campo sócio-histórico a indisciplina estaria, até a geração passada, presente ainda em um sistema educacional em que a sala de aula era um espaço parecido com quartéis, símbolos de uma espécie de militarização e hierarquização, com dominação por parte do professor e subserviência pelos alunos. Atualmente, as escolas estão passando por um maior processo de democratização e seu maior problema não é o acesso, e sim sua qualidade social e a permanência do aluno, em que há a necessidade de estabelecer um novo relacionamento civil em sala de aula, “a indisciplina passaria a ser força legítima de resistência e produção de novos significados e funções, ainda insuspeitos, à instituição escolar” (LIMA, 2018, *apud* AQUINO, 1996, p. 41 e 45).

UM NOVO OLHAR SOBRE AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Os defensores da militarização de escolas argumentam que ela pode trazer benefícios como a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos, o aumento da disciplina e respeito aos professores e o combate à violência nas escolas. No entanto, os críticos apontam que a militarização pode reforçar a cultura da violência e da repressão, além de comprometer a liberdade de expressão e de pensamento dos estudantes.

Um autor que aborda o tema da militarização das escolas públicas é o sociólogo e educador brasileiro Dermeval Saviani. Em seu livro “Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política” (1999),

Saviani(1999) discute a relação entre educação e política, analisando os diversos modelos de educação e suas implicações na formação dos indivíduos e na sociedade como um todo.

Além do mais, critica a militarização das escolas públicas, expondo que ela representa uma regressão na educação e na democracia, pois valoriza a disciplina e a obediência em detrimento da criatividade e do pensamento crítico. Para ele, a militarização das escolas é uma estratégia autoritária que não resolve os problemas da violência e da baixa qualidade da educação, mas apenas reforça a cultura da submissão e da hierarquia.

A explicação dos apoiadores é que a militarização das escolas públicas pode ser uma forma eficaz de melhorar a qualidade da educação e combater a violência nas escolas, através da adoção da disciplina e do ensino de valores militares, como o respeito à hierarquia e a obediência às normas.

Os defensores alegam que a militarização pode ajudar a restaurar a autoridade dos professores e a promover um ambiente de respeito e ordem dentro das escolas, o que pode contribuir para um melhor desempenho acadêmico dos alunos.

Um autor que defende a ideia de que a militarização das escolas públicas pode ajudar a restaurar a autoridade dos professores e a promover um ambiente de respeito e ordem dentro das escolas é o educador e político brasileiro Bolívar Lamounier. Em seu livro "O Brasil no Limiar do Século XXI" (1999), Lamounier (1999) argumenta que a militarização das escolas pode ser uma solução eficaz para a violência e a indisciplina que afetam muitas escolas públicas no Brasil. Segundo ele, a presença de militares em cargos de liderança pode ajudar a promover um ambiente de disciplina e respeito, o que pode contribuir para um melhor desempenho acadêmico dos alunos.

Lamounier defende que a militarização pode ajudar a restaurar a autoridade dos professores, que muitas vezes são desrespeitados e desvalorizados pelos alunos e pela sociedade em geral. Para ele, a militarização das escolas pode ser uma forma de valorizar o papel dos professores na formação dos jovens e de promover uma cultura de respeito e compromisso com a educação.

O sociólogo brasileiro Jessé Souza. Em seu livro "A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato" (2017), ele declara que a militarização das escolas públicas pode ser vista como uma solução paliativa para problemas mais profundos da educação no Brasil.

Segundo Souza(2017), a militarização pode ser uma forma de evitar que os estudantes mais pobres e vulneráveis sejam expostos à violência e à criminalidade dentro e fora das escolas. No entanto, ele argumenta que essa prática não aborda as raízes dos problemas educacionais, que

estão relacionados à falta de investimento, à precarização do trabalho dos professores e à desigualdade social.

Ainda segundo o autor, a militarização das escolas públicas pode ser uma forma de camuflar esses problemas, em vez de enfrentá-los de maneira efetiva. Por isso, ele defende que é importante considerar os prós e contras desta prática antes de adotá-la em larga escala, e buscar soluções mais abrangentes e estruturais para os problemas educacionais no país.

ESCOLAS MILITARES E MILITARIZADAS

As escolas militares e militarizadas são instituições de ensino que têm como objetivo principal a formação de estudantes com princípios e valores relacionados às forças armadas ou disciplinares. Essas escolas geralmente adotam uma abordagem exigente no ensino: os alunos são avaliados pelo comportamento e desempenho, e na administração, com ênfase na disciplina, hierarquia e formação cívica.

Segundo Pazim (2021, p. 29), em 1889 criou-se o primeiro Colégio Militar na cidade do Rio de Janeiro, que era um sonho do Duque de Caxias e do Marquês do Herval, de criação de um colégio destinado aos órfãos de militares tombados nos campos de batalha na Guerra do Paraguai e para aqueles que desejassem seguir a carreira das armas. Com o apoio de Thomaz José Coelho de Almeida, criador do colégio, Ministro da Pasta da Guerra, tornou-se realidade. De forma gradativa foram criados os outros Colégios Militares, dando origem ao Sistema Colégio Militar do Brasil – SCMB.

As escolas militares são instituições de ensino mantidas pelas Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) de um país. Elas oferecem programas educacionais que combinam currículos acadêmicos tradicionais com treinamento militar, com o intuito de preparar os estudantes para futuras carreiras nas forças armadas ou em áreas relacionadas à segurança e defesa nacional. Além dos conteúdos regulares, os estudantes recebem instruções sobre habilidades militares, como técnicas de combate, ética, liderança e cidadania.

No estudo efetuado pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar (CDDHCEDP), Militarização das Escolas Públicas: Análise Do Desempenho Escolar, Disciplina, Segurança E Aspectos Legais (2019, p.16) é citado as escolas militares em Brasília:

[...] são o Colégio Militar de Brasília (CMB), regido pela Lei federal nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que “dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro, e dá outras providências”; o Colégio Militar Dom Pedro II, criado pela Lei Distrital nº

2.393, de 07 de junho de 1999, e regulamentado pelo Decreto nº 21.298, de 29 de junho de 2000, como uma entidade de ensino preparatório e assistencial; e o Colégio Militar Tiradentes, da Polícia Militar do Distrito Federal, regulamentado pelo Decreto nº 37.786, de 21 de novembro de 2016, com base na Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que “dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal”.

O surgimento das escolas militarizadas deu-se em um período e motivação diferente das escolas militares.

Embora a Lei nº 8.125 sobre a gestão compartilhada das escolas tenha sido publicada em 1976, o processo de militarização das escolas no Brasil iniciou no estado de Goiás somente em 1998 com as atividades educacionais ativadas em 1999 e sua expansão na gestão do governador Marconi Perillo. Isto é, o amparo legal que possibilita a criação destes colégios na atualidade se deve a uma lei da década de 70, ainda no período da Ditadura Militar. De acordo com Alves, Toschi e Ferreira (2018), na Lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976, sancionada pelo então governador Irapuan Costa Júnior. (SILVA, 2021 p.77)

Já as escolas militarizadas são instituições de ensino civis que adotam uma estrutura organizacional semelhante às escolas militares, com ênfase na disciplina, regras firmes e hierarquia. Essas escolas geralmente são administradas por civis, mas seguem uma filosofia de educação militarizada. Os alunos são submetidos a um ambiente com uniformes, rotinas estruturadas, protocolos de conduta e expectativas elevadas em relação à disciplina e desempenho acadêmico.

Fim evidenciar, o que foi explanado anteriormente, Silva (2021, p. 75 e 76 *apud* Ferreira, 2018) esclarece:

[...] as escolas militarizadas são escolas públicas estaduais cuja gestão foi transferida para os militares. Portanto, o surgimento deste modelo de escola não aconteceu no mesmo período que as escolas militares, nem o processo de criação foi o mesmo e até as motivações não são nem um pouco semelhantes. As escolas militares foram criadas a partir da necessidade de formar oficiais das Forças Armadas e amparar dependentes de militares de forma assistencial em caso de perda de

familiares. Em contrapartida, as escolas militarizadas não existem para formar militares, tampouco, oficiais das Forças Armadas, mas, embora administradas pela Polícia Militar de cada estado, seguem um Regimento Escolar cuja matriz é inspirada no Regimento Interno do Exército Brasileiro e em suas regras de conduta e hierarquia militar.

Para elucidar a ideia das escolas militarizadas, Gama cita Santos et al. (2019) apontam que se trata de:

Instituições escolares civis públicas, vinculadas às secretarias distrital, estaduais e municipais de educação, que por meio de convênio com as secretarias de segurança ou polícia militar, passaram a ser geridas em conjunto com as polícias ou passam a contar com a presença de monitores cívico-militares. Também se enquadram nesse quesito aquelas escolas que fazem convênio, acordos, parcerias com os comandos das Polícias Militares, passando a contar com assessoria da corporação, para a aplicação da “Metodologia dos Colégios da Polícia Militar” ou processo de gestão compartilhada nas escolas municipais. (GAMA, 2020, p.32 *apud* SANTOS et al., 2019, p. 585)

As escolas militares e militarizadas podem ter benefícios e desafios específicos. Inteira-se que estas instituições têm o intuito de promover a disciplina, valores cívicos e senso de responsabilidade nos estudantes. Além disso, elas podem fornecer oportunidades de liderança e treinamento físico, que podem ser úteis para o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos.

Na contramão dos críticos, que afirmam que as escolas cívico-militares são rígidas e restritivas, limitando a liberdade individual e a criatividade dos estudantes, temos os objetivos elencados pelo CEF 01 do Núcleo Bandeirante em seu PPP 2023 que demonstram que o foco é o aluno e seu desenvolvimento:

6.1 Objetivo Geral do CEF 01 do Núcleo Bandeirante:

Proporcionar educação de qualidade, voltada para a formação integral do indivíduo, dentro dos eixos estruturantes do currículo, sendo eles: Aprendizagens, Leitura e Escrita, Cidadania e Diversidade.

6.1.1 Objetivos Específicos:

- Integrar os alunos e promover a educação do indivíduo como um todo, respeitando e valorizando o seu potencial.

- Desenvolver competências e habilidades essenciais para a formação de cidadãos críticos, participativos, dinâmicos, criativos e autônomos.
- Motivar a participação efetiva dos pais e da comunidade nas atividades escolares.
- Promover a melhoria do processo ensino-aprendizagem utilizando-se de ações inovadoras e estimulantes.
- Elevar continuamente o desempenho escolar dos alunos no prazo legalmente estabelecido.
- Realizar, no início do ano letivo, uma assembleia geral escolar (reunião com os pais, alunos e mestres) com intuito de apresentar as normas que regem o estabelecimento escolar (Regimento Escolar das Escolas Públicas do DF e do CBM/DF - Corpo de Bombeiros Militar do DF), bem como normas internas desta Unidade de Ensino (UE) e estabelecer normas disciplinares para o ano letivo.
- Melhorar o processo de ensino-aprendizagem por meio do trabalho integrado, escola/comunidade, tornando a escola democrática e envolvendo todos os segmentos que compõem esta UE.
- Conscientizar sobre a importância da manutenção da limpeza e higiene da escola e saber utilizar adequadamente os equipamentos e mobiliário, evitando estragos e desperdícios (organização do espaço em sala de aula, na hora do lanche, economia de água...).
- Identificar alunos com dificuldades de aprendizagem e encaminhar à Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EAAA), buscando junto aos órgãos competentes os recursos necessários para minimizar essas dificuldades.
- Realizar eventos que valorizem manifestações artísticas e culturais da comunidade escolar.
- Enfatizar, nas metodologias aplicadas pelos professores, os aspectos interventivos que favoreçam a interdisciplinaridade e a transversalidade dos conteúdos a serem trabalhados.
- Trabalhar projetos interventivos que possibilitem o uso de diversos tipos de estratégias pedagógicas e tempo/espços escolares com o foco em potencializar as aprendizagens e

minimizar ou sanar as fragilidades apresentadas pelos estudantes.

- Possibilitar a aquisição de hábitos necessários ao bem-estar dos alunos estimulando a formação de atitudes de responsabilidade e respeito de limites e ritmos.
 - Viabilizar a criação de espaços destinados a atividades pedagógicas.
 - Desenvolver projetos voltados para o desenvolvimento da consciência de preservação e valorização do meio ambiente.
 - Subsidiar o planejamento e a implementação, junto aos professores da escola, atendendo ao que propõe o “Projeto Interventivo de Reagrupamento” com os alunos em defasagem de conteúdos e com dificuldade de aprendizagem, de modo a melhorar o desempenho escolar durante o ano letivo.
 - Realizar reagrupamento interclasse e/ou intraclasse.
 - Promover uma melhor integração social no âmbito escolar levando os alunos a tornarem-se cidadãos mais críticos e reflexivos, possibilitando uma melhor vida em sociedade.
 - Sensibilizar/orientar a família dos alunos, sobre a responsabilidade de sua participação na vida escolar dos filhos para o êxito do processo ensino-aprendizagem, por meio de reuniões coletivas e/ou individuais com a Direção e auxílio da OE (Orientação Educacional).
 - Consolidar junto à comunidade escolar (pais, alunos e professores) a prática da avaliação diagnóstica de conhecimentos ao início de cada ano letivo.
 - Esclarecer ao aluno e à família como serão os critérios de avaliação nos bimestres.
 - Valorizar a autoestima dos educandos e educadores por meio de atividades diversificadas (dinâmicas, trabalho de grupo, pesquisas de campo, festas, passeios monitorados...).
 - Possibilitar e valorizar a expressão oral e escrita por meio do incentivo ao hábito de leitura.
- (PPP CEF 01 do Núcleo Bandeirante, 2023, p. 16-18)

E quando abordamos sobre a disciplina solicitada tanto nas escolas militares quanto nas militarizadas é de extrema importância para o aluno que ele aprenda ter foco e persistência desde jovem, pois a mesma está associada ao seu

desenvolvimento pessoal e de aprendizagem e ao alcance de suas metas.

GESTÃO COMPARTILHADA

A gestão compartilhada, também conhecida como governança compartilhada ou gestão colaborativa, refere-se a um modelo de administração em que várias partes interessadas ou atores têm participação e responsabilidade no processo de tomada de decisões e no gerenciamento de uma organização, projeto ou recurso. Esse modelo difere da gestão tradicional, em que as decisões são centralizadas em uma única autoridade ou em um grupo restrito de indivíduos.

No site da Secretaria da Educação do Distrito Federal (2023), é explicado como funciona a Gestão Compartilhada nas escolas cívico-militares por meio do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada (EGCs) no ensino médio. Essa iniciativa, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e o Ministério da Educação (MEC), teve início em fevereiro de 2019. No Distrito Federal, há 12 unidades de ensino sob gestão compartilhada entre as secretarias de Educação e de Segurança Pública, e outras quatro com o Ministério da Educação. O projeto abrange estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio.

Nessas unidades, os profissionais da educação são exclusivamente responsáveis pelo trabalho pedagógico, enquanto os profissionais da segurança assumem a responsabilidade pela disciplina. As duas pastas estão colaborando para proporcionar educação de qualidade aos estudantes da rede pública de ensino do DF, ao mesmo tempo em que desenvolvem estratégias para o policiamento comunitário e o combate à violência no ambiente escolar. O objetivo central é fomentar uma cultura de paz e garantir o pleno exercício da cidadania.

A gestão compartilhada é frequentemente adotada em situações em que a colaboração é fundamental para alcançar resultados eficazes e sustentáveis, como no caso das escolas cívico-militares onde a parte pedagógica continua na responsabilidade dos diretores, coordenadores, orientadores e professores. A parte disciplinar e de segurança referente aos alunos e ao ambiente escolar fica a cargo dos militares, de acordo com art. 1º Portaria Conjunta nº 22, de 28 de outubro de 2020, que dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada:

Art. 1º Instituir as Escolas de Gestão Compartilhada - EGCs, entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF, doravante denominados Colégios

Cívico-Militares do Distrito Federal, como Unidades Escolares - UEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, de Ensino Fundamental e Médio, por intermédio das quais ações conjuntas são realizadas, entre as Secretarias supracitadas, a fim de proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas à segurança comunitária e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

Algumas medidas disciplinares de acordo com o site da SEEDF (2023):

Corte de cabelo: Os meninos devem usar cabelos curtos. Penteados para cabelos crespos atinentes a questões étnico-raciais poderão ser flexibilizados, conforme orientação da equipe gestora do CCMDF. Já as meninas poderão usar cabelos longos ou curtos. Os curtos poderão ser usados soltos e os longos, presos ensino médio coque, rabo de cavalo ou trança. Questões atinentes às características representativas de identidade podem ser admitidas por decisão da Equipe Gestora do CCMDF.

Acessórios: É permitido o uso de um brinco ensino médio cada orelha, de tamanho pequeno, incluindo argola pequena. Não há restrições ao uso de maquiagem, desde que discreta.

Disciplina: O regulamento disciplinar dos Colégios Cívico-Militares especifica e classifica as faltas disciplinares praticadas pelos estudantes das escolas de gestão compartilhada, enumerando as causas e circunstâncias que influem no ensino médio seu julgamento, assim como as medidas disciplinares. De acordo com o regulamento, as normas disciplinares devem ser encaradas como um instrumento de caráter educativo e de promoção da convivência escolar a serviço da formação integral do aluno, de maneira justa.

Os benefícios da gestão compartilhada incluem maior participação e engajamento das partes interessadas, maior diversidade de perspectivas e conhecimentos na tomada de decisões, melhor uso dos recursos disponíveis, maior transparência e responsabilização, e um maior senso de propriedade e compromisso com os resultados. Honorato (2020), também cita:

As seguintes críticas positivas foram levantadas nos relatos dos seguintes autores Castro (2016), Maroni (2018), Gomes e Prado (2017), Santos (2019), Santos (2018) e Segundo (2015) são:

(i) Diminuição da chance de os alunos se envolverem em situações de crime, com redução dos índices de criminalidade;

(ii) O militarismo não interfere no processo de ensino-aprendizagem;

(iii) Modelo superficialmente militar, com alto índice de aprovação pelos discentes e familiares;

(iv) Colégio pautado em duas bases fundamentais: a educação e a disciplina;

(v) Altos índices de desempenho dos seus alunos;

(vi) Infraestrutura de qualidade, com biblioteca, sala de informática, quadra de esportes, piscinas e centro de línguas, também abertos à comunidade;

(vii) Um modelo educacional entre normas, disciplinas, hierarquia e educação;

(viii) Modelo de gestão compartilhada confere características diferentes das demais instituições públicas, no que se refere ao seu quadro de profissionais;

(ix) Uma relação harmoniosa entre militares, professores, alunos, gestores, funcionários e pais; e

(x) Contraturno, processos de montagem de aulas, de planejamento de ano letivo e apoio pedagógico fortes.

Em busca de proporcionar o melhor para seus alunos no processo ensino-aprendizagem, e criar cidadãos críticos, comprometidos com o trabalho e as transformações sociais, no ano de 2019, CEF 01 do Núcleo Bandeirante por meio de plebiscito aderiu ao modelo de compartilhando a gestão com o Corpo Militar de Bombeiros do Distrito Federal, tornando-se assim uma escola cívico-militar, conforme relatado no PPP 2023. Mesmo a escola tendo um corpo docente muito bom, houve uma queda na meta do IDEB 2019, incentivando assim para a adesão a gestão compartilhada:

É importante salientar que, um dos indicativos para implementação da Gestão Compartilhada foi à queda do IDEB da escola, anterior ao ano de 2019. Dentre outros fatores foram analisados os Índices de Vulnerabilidade Escolar, este abrange dados da vulnerabilidade social, índices de criminalidade, de desenvolvimento humano e da educação básica indicados pela Secretaria de Segurança. (PPP CEF 01 do Núcleo Bandeirante, 2023, p. 14)

Em resumo, a gestão compartilhada é um modelo de administração que busca promover a participação e o envolvimento de várias partes

interessadas no processo de tomada de decisões e no gerenciamento de uma organização ou recurso. É um modelo que enfatiza a colaboração, transparência e responsabilização, visando alcançar resultados mais eficazes e sustentáveis.

PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

Para que o modelo das escolas cívico-militares forme cidadãos engajados e conscientes de suas responsabilidades sociais e de imensa importância a participação ativa dos alunos. A estrutura hierárquica e disciplinada dessas instituições muitas vezes pode gerar dúvidas sobre a autonomia dos estudantes. No entanto, é crucial destacar que a participação dos alunos não se limita apenas à execução de ordens, mas também envolve a promoção do pensamento crítico, do debate construtivo e da expressão individual. A integração desses elementos contribui para o desenvolvimento de pessoas conscientes de seus direitos e deveres.

A formação disciplinada, baseada em uma rotina estruturada e as atividades extracurriculares, muitas vezes voltadas para a prestação de serviços à comunidade, proporcionam aos estudantes uma compreensão mais profunda de seu papel na sociedade. A disciplina militar não é apenas um meio de controle, mas sim um caminho para cultivar valores como responsabilidade, respeito e serviço ao próximo, essenciais para uma participação cívica efetiva.

Sabendo-se que os alunos que constituem a escola são sujeitos diversos suas particularidades são preservadas e respeitadas, porém a procedimentos que são padronizados no cotidiano:

A forma de cumprimento, organização de filas e saídas da sala de aula também seguem os protocolos militares. De acordo com o documento de normas de comportamento, os cumprimentos aos militares deverão ser em forma de continência e toda a locomoção das turmas no interior da escola deverá ser acompanhada de também poderão desenvolver o Projeto Valores a partir dos temas contemporâneos transversais previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De acordo com o mesmo documento, o projeto valores tem como referência o projeto com o mesmo nome desenvolvido nas escolas militares do Exército (Silva, 2021 p. 101, *apud* BRASIL, 2020g).

Portanto, podemos afirmar que a participação dos alunos nas escolas cívico-militares desempenha um papel crucial no desenvolvimento cívico desses jovens. A integração da disciplina militar como meio de fomentar valores civis e a

realização de atividades que promovam a responsabilidade social contribuem para a formação de cidadãos comprometidos com o bem comum. Embora o modelo cívico-militar possa gerar controvérsias, é inegável que, quando implementado de maneira equilibrada, pode oferecer uma abordagem única para a construção de uma sociedade mais participativa e consciente.

CONCLUSÃO:

Uma vez abordada a trajetória histórica das escolas cívico-militares, é possível observar a evolução desse modelo educacional ao longo dos anos. Originadas em contextos que priorizavam a formação cívica e disciplinar, essas instituições passaram por transformações significativas para se alinharem aos desafios e demandas contemporâneas. Pode-se perceber a consolidação e as adaptações ao cenário educacional.

Conforme visto o século atual passa por rápidas transformações, e as escolas cívico-militares emergem como uma alternativa que combina tradição e inovação, buscando equilibrar a ênfase na disciplina e nos valores cívicos com a incorporação de metodologias e tecnologias condizentes com as demandas globais.

Os benefícios advindos destas instituições podem ser reconhecidos quando se considera a formação de cidadãos engajados e disciplinados. A integração de valores como responsabilidade, respeito e comprometimento são reforçados no ambiente acadêmico e fora dele, com a participação dos alunos em cívicas e comunitárias.

Ao comparar escolas militares e militarizadas, é possível perceber nuances distintas. As escolas militares tradicionais mantêm um foco mais direcionado à formação militar, utilizando como base o binômio hierarquia e disciplina. Enquanto as militarizadas buscam incorporar princípios e rotinas disciplinares bem estruturadas, porém há adaptabilidade para atender as demandas educacionais do meio civil.

Dessa forma demonstra-se que os elementos fundamentais das escolas cívico-

militares são: gestão compartilhada e participação ativa dos alunos. A primeira é baseada na participação ativa de militares e educadores civis, contribui para uma abordagem multifacetada na condução das atividades escolares, ou seja, promove valores cívicos sem negligenciar a importância do desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos. E ao incentivar o envolvimento dos estudantes em atividades cívicas, projetos comunitários e tomadas de decisão, essas instituições preparam os alunos não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o exercício da cidadania ativa e responsável.

Portanto, as escolas cívico-militares, fundamentadas em uma abordagem histórica sólida, mostram-se como uma resposta dinâmica aos desafios da educação no século XXI. Ao integrar tradição e inovação, disciplina e participação ativa dos alunos, essas instituições buscam cultivar cidadãos preparados para enfrentar as complexidades do mundo contemporâneo. O desafio contínuo reside na adaptação do modelo, garantindo que os valores fundamentais sejam preservados, enquanto a educação continua a evoluir para atender às demandas de uma sociedade em constante mudança.

AGRADECIMENTOS:

À Deus pela vida e pelo cuidado por mim em todo o tempo.

À minha querida orientadora professora Cristiana Amorim de Souza por todo o ensinamento, pela paciência, compreensão, empatia e por ter me ajudado a construir esse trabalho com sua vasta e brilhante experiência, sabedoria e afeto.

Aos professores Cristiane Calixto e Rogério Pereira Torres por terem compartilhado suas vivências e conhecimento sobre as escolas cívico-militares.

Aos meus pais, Maria Eunice e Francisco José por sempre estarem ao meu lado e me incentivarem a buscar conhecimento.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Portaria nº 180, de 30 de maio de 2019. Projeto . Regimento Da Rede Pública De Ensino Do Distrito Federal. DODF nº 102, de 31 de maio de 2019, páginas 15 a 17. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento-SEEDF-COMPLETO-FINAL.pdf> Acessado em: 20 nov. 2023

BRASIL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. Portaria Conjunta nº 22, de 28 de outubro de 2020. Projeto Escolas de Gestão Compartilhada. DODF nº 22, de 02 de fevereiro de 2021, páginas 30 e 31. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=25ce263a5d6d45698904bc0282c02d6a Acessado em: 20 nov. 2023

BEZERRA, A.N ...[et al.]. Projeto Político Pedagógico: Centro De Ensino Fundamental 01 Do Núcleo Bandeirante. SEEDF, 2023. p. 97. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp->

conteudo/uploads/2021/07/ppp_cef_01_nucleo_bandeirante-1.pdf. Acessado em: 20 nov. 2023

GAMA, Andressa Pereira. A Gestão Das Escolas Cívico Militar No Distrito Federal E A Perspectiva De Qualidade Da Educação. Brasília. Universidade de Brasília, Brasília, v. 1, n. 1, p.47, 2020. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/27416>. Acesso em: 19 abr. 2023.

HONORATO, Hercules Guimarães. A Militarização Como Política De Educação Pública: Um Outro Olhar. REVES - Revista Relações Sociais, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1, fev./2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/9605>. Acesso em: 1 abr. 2023.

LAMOUNIER, Bolívar. 1996. A democracia brasileira no limiar do século 21. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. Série Pesquisas, n. 5.

LIMA, Maria Eliene A Educação Para A Cidadania E A Militarização Para A Educação. Goiás, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/4051/2/Maria%20Eliene%20Lima.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2023.

PAZIM, Ronaldo Zanata. Docência No Ensino Militar: Diferenciais que garantem Resultados. 1. ed. Belo Horizonte: Dialética, 2021. p.112.

OLIVEIRA, G.P.O. e OLIVEIRA, C.L (orgs.); SENA, A.J.A ...[et al.] O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares da concepção do modelo aos primeiros resultados: relatos e experiências de pesquisadores, gestores e educadores das Escolas Cívico-Militares. 1. ed. Brasília: Ibict, 2022. p. 402. Disponível em: <http://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/book/129> Acesso em: 20 nov. 2023

SAVIANI, Dermeval, 1944- Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! Dermeval Saviani.- 32. ed.- Campinas, SP: AutoresAssociados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.S)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Gestão Compartilhada. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/gestao-compartilhada-2/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, G. T. D. Militarização Das Escolas Públicas: Análise do Desempenho Escolar, Disciplina, Segurança e Aspectos Legais. Câmara Legislativa do Distrito Federal, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-28, abr./2019. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/documents/3978810/4018983/Estudo+sobre+Militariza%C3%A7%C3%A3o+das+Escolas+P%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SILVA, T. E. M. D. Restauração Conservadora na Educação: Um Estudo Sobre O Projeto Das Escolas Cívico-Militares No Brasil. BDTD, Foz do Iguaçu, p.137, nov./2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5862>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SOARES, E. R. M; OLIVEIRA, R. M. D. S. E. Avaliação E Militarização De Escolas No Distrito Federal: Relações E Implicações. Estudos Em Avaliação Educacional, Brasília-DF, v. 1, n. 33, p. 1-25, jun./2022. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/7463>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SOUZA, Jessé A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017

ZAVERUCHA, J. FHC, Forças armadas e política: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record, 2005.